

O preço de agradar ao FMI

GENOVEVA TISHEVA

PLAMENKA MARKOVA



Desde que foram impostas as políticas de reestruturação e privatização exigidas pelas instituições de Bretton Woods, há mais de dez anos, a estabilidade financeira da Bulgária só tem trazido mais pobreza. As privações causadas pelas mudanças na direção da liberalização do mercado e da entrada na União Européia exacerbaram a necessidade de proteção social. O governo búlgaro deve tentar criar um ambiente competitivo e, ao mesmo tempo, proteger sua população dos danos potenciais dos mercados livres.

Em dezembro de 2001, foi aprovado um memorando preliminar para uma linha de crédito *stand by* de dois anos, no valor de US\$ 300 milhões, entre a Bulgária e o FMI. Foi o último de uma série de acordos com o Fundo na última década, com o objetivo de supostamente estabilizar a economia do país. O acordo recente está concentrado nas políticas-chave que o governo búlgaro deve adotar: reduzir a vulnerabilidade do Estado em relação a mudanças atuais e futuras na economia mundial; manter estável o acordo sobre o Conselho da Moeda (*currency board*); e diminuir a relação entre a dívida externa e o PIB. Essas metas devem ser atingidas com mais liberalização, especialmente no setor de energia. Por conta das exigências do FMI, a partir de 2002, foi fixada uma política de preços de longo prazo, a distribuição de energia foi privatizada e o mercado, liberalizado.

O acordo não exige somente a estabilização financeira, mas também o fortalecimento da competitividade da economia búlgara e a solução de problemas sociais. Embora os parâmetros concretos do memorando final não tenham sido divulgados ainda, e apesar da falta de oportunidades para a participação do público no processo de negociação, é óbvio que o governo teve de fazer muitas concessões.

Por causa das condições impostas pelo FMI, foram abandonadas muitas das promessas sociais feitas nos períodos anterior e posterior às eleições – as eleições nacionais foram realizadas em junho de 2001 e o novo governo começou a funcionar em julho. O programa de governo, que se declarava “centrado no povo”, está à beira do fracasso. Um exemplo marcante do esforço do governo em agradar ao FMI foi sua decisão de aumentar em 10% o preço da energia elétrica e da calefação a partir de outubro de 2001. A decisão violava a lei e foi tomada sem consulta aos sindicatos, tanto que foi anulada recentemente pelo Tribunal Superior Administrativo. Apesar da decisão judicial, a dura medida ainda é considerada necessária e causa impactos óbvios no padrão de vida já baixo da população em geral.

Juntamente com o compromisso de melhorar o ambiente para os investimentos, o governo tem declarado sua intenção de aperfeiçoar as proteções sociais, mediante o reforço do emprego e da seguridade social. Nesse aspecto, precisa compensar os efeitos negativos das políticas de reestruturação, impulsionadas pelas instituições financeiras internacionais em períodos anteriores, especialmente na indústria pesada. O novo governo assumiu um compromisso forte de controlar o desemprego, cuja taxa oficial está acima de 19%, uma das mais altas, se não a mais alta, entre os países da Europa Central e do Leste.

Um exemplo muito recente foi a doação de 10 milhões de euros do programa Phare da União Européia, para dar apoio a mais de 100 projetos denominados SMAEP¹ – Projetos de Emprego em Áreas de Produção de Aço e Mineração. O programa será administrado pelo Ministério do Trabalho de Políticas Sociais, cobrindo 51 municípios nas áreas de Pernik, Sofia, Bourgas, Rhodopes Oriental e Ocidental, todas afetadas pelo ajuste nos setores de mineração e de produção de aço.

Oficialmente, o SMAEP objetiva compensar os efeitos sociais negativos da reestruturação econômica. A globalização e a liberalização dos mercados têm aumentado a necessidade de mais educação e treinamento para adaptar a força de trabalho às novas exigências. De fato, o programa oferece mecanismos de treinamento e capacitação para criar empregos para metalúrgicos e mineiros que foram despedidos. Estima-se que mais de 5 mil pessoas sem trabalho serão empregadas e que 1 mil vão receber ajuda para abrir pequenas empresas.

O êxito da implementação desse programa vai exigir garantias adicionais de treinamento empresarial específico e concessão de créditos, pois os valores médios dos créditos previstos para iniciar pequenos negócios são insuficientes. Este enfoque, no qual as reparações vêm depois das políticas de ajuste estrutural, no lugar de acompanhá-las ou mesmo precedê-las, demonstra a prioridade que tem sido dada à restauração econômica sobre os recursos humanos.

1 Steel and Mining Areas Employment Projects.

Outro resultado da interferência das instituições financeiras internacionais é a ausência de uma política social consistente por parte do governo. Por exemplo, a política para a família é um aspecto central dos governos democráticos e indicador importante de um bom padrão de vida. O sistema de benefícios familiares dirigidos a grupos, recentemente aprovado, ilustra a realidade búlgara. O benefício, que já era muito baixo (menos de US\$ 5 por criança), foi duplicado. Porém, a partir de janeiro de 2002, será destinado somente a famílias com renda inferior a cerca de US\$ 70 per capita. Segundo as estimativas, somente 1/3 das crianças antes beneficiadas vai continuar recebendo. Contudo, a medida é avaliada como eficaz para a redução da pobreza na Bulgária. Essa mudança, recomendada energicamente pelo Banco Mundial como condição para os empréstimos para redução da pobreza, está pendente há mais de dois anos, sem que haja debate público real sobre a questão.

Isso é somente um exemplo da abordagem direcionada a grupos – focalizada – apoiada pelas instituições financeiras internacionais e imposta às políticas públicas sociais. Não é por acaso que todo o programa social do governo búlgaro, cheio de boas intenções, não possui elementos reais, consistentes e de longo prazo, mas esteja concentrado somente na assistência social. Não há surpresa em constatar que isso está de acordo com a versão preliminar da Estratégia de Assistência ao País (CAS, na sigla em inglês) do Banco Mundial.

Embora a proposta da CAS esteja aberta para discussão nacional, contém diretivas centrais que devem ser acatadas, qualquer que seja o resultado do processo de consultas. Outra vez, o tema principal é a abordagem focada em grupos específicos, sem levar em conta a pobreza generalizada. Além disso, as soluções propostas estão baseadas em redistribuição. É chocante que a pobreza na Bulgária ainda seja generalizada. De acordo com dados mais recentes dos sindicatos, cerca de 38% da população recebe menos de US\$ 50 por mês.

Balanço medido em pobreza

Durante mais de dez anos – período que coincide com o compromisso firmado pela Bulgária com as instituições de Bretton Woods e seu processo de negociações intensas – não tem havido nenhum resultado positivo das políticas de reestruturação e privatização. A aceleração das privatizações foi pedida, mesmo ao preço de corrupção generalizada, tolerada por aquelas instituições. A reestruturação dos sistemas de saúde e educação, realizadas com empréstimos do Banco Mundial, ilustra os efeitos adversos da assistência das instituições financeiras no âmbito social e dos recursos humanos desses setores.

Embora os setores de Educação e Saúde necessitassem de melhorias e modernização, foram objeto de mudanças fundamentais que, praticamente, liquidaram os elementos positivos e competitivos que possuíam. Além disso, ocorreram mudanças dramáticas na força de trabalho desses setores, constituída entre 70% e 80% de mulheres. Como em outros exemplos de reestruturação e privatização, as reformas tiveram implicações de gênero, quando não um impacto de gênero claramente desproporcional. O lado humano das reformas não foi levado em conta pelas instituições internacionais ou suficientemente analisado pelo governo.

Isso ocorre apesar da recomendação do Comitê dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU, em dezembro de 1999, para que o governo búlgaro:

“no curso de suas negociações com as instituições financeiras internacionais levasse em conta suas obrigações de respeitar, proteger e cumprir os direitos estipulados no acordo”.

Nesse meio tempo, com salário médio mensal de US\$ 115 (de acordo com dados mais recentes do Banco Mundial), a Bulgária continua atrás de outros candidatos à União Européia da região da Europa Central e do Leste – US\$ 270 na Letônia e Lituânia e US\$ 151 na Romênia. No último relatório da Comissão Européia sobre os avanços da Bulgária no processo de integração à UE, uma vez mais o país não atendia aos critérios econômicos da União. Após anos de negociações com as instituições de Bretton Woods sobre a liberalização econômica, a UE não encontrou uma economia de mercado funcional na Bulgária. O *slogan* da “estabilidade financeira” só trouxe mais pobreza.

A entrada da Bulgária na OMC (Organização Mundial do Comércio) em 1996 não melhorou a situação. A liberalização comercial só pode corrigir desequilíbrios comerciais e reduzir a dívida externa em economias saudáveis e competitivas. Foi o momento errado para entrar na OMC, pois resultou numa reforma estrutural no contexto de mercados abertos e de forte competição internacional. Isso prejudicou a própria reforma estrutural e teve um impacto negativo em setores cruciais da economia.

Além disso, a Bulgária *pulou* diretamente para o status de país desenvolvido na OMC, embora seus indicadores fossem bem inferiores aos de muitos países desenvolvidos que, portanto, tinham vantagens na Organização. Como resultado dessa classificação inicial imprecisa, o governo teve dificuldades em definir uma posição realista diante dos novos desafios da OMC.

Neste contexto, é crucial que o governo e a sociedade civil tornem-se participantes ativos do processo global para estabelecer um novo sistema de governança econômica internacional. Isso requer do governo mais transparência nas decisões econômicas externas e internas, mais acesso da sociedade civil a esse processo decisório, incluindo as negociações com as instituições financeiras internacionais.

Para que a Bulgária saia dessa transição econômica sem fim, o governo deve assumir uma oposição sobre o desenvolvimento econômico nacional, que não dependa das reformas impostas pelas instituições internacionais. Precisa também ter uma posição sobre as reformas dessas instituições. Simultaneamente, a sociedade civil pode contribuir para a conscientização do público e a disseminação de informações sobre as agendas explícitas e implícitas das instituições internacionais, participando, assim, ativamente dos movimentos para uma *nova* globalização. ■

Referência bibliográfica

SHEYTANOV, Vladimir. WTO - History, Current Status and Challenges. In: *International Relations*, n. 4, 1996, pp. 93-109.

Bulgarian Gender Research Foundation
(Fundação Búlgara de Pesquisas sobre Gênero)
<bgrf_jiv@inet.bg>